

POVO FALA | A MP que o governo assinou torna a aprovação no Enamed obrigatória para tirar o CRM. Você concorda?

Fotos: João Pedro de Lara Resende



PEDRO CÉSAR REZENDE,
20 anos, estudante de medicina do 7º semestre, morador da Asa Norte

“A ideia do Enamed é boa, não sou contra. Não tem problema usá-lo para saber se a pessoa é apta a ser médica. O que me preocupa é tratá-lo como solução para um problema que é estrutural. A gente permite que escolas médicas abram em qualquer lugar, sem supervisão e sem condição. Quem sofre com isso é o paciente da saúde pública. Usar o exame para dizer que estamos regularizando o ensino não funciona, até porque só fomenta a indústria dos cursinhos: com um bom cursinho, qualquer um tira 60.”



MILENA SALES BALDEZ,
19 anos, estudante de medicina do 2º semestre, moradora do Jardim Botânico

“Confesso que não acompanhava o assunto, fiquei sabendo recentemente. Mas, por experiências que tive com alguns médicos e por relatos de colegas, acho uma boa medida. A medicina, como toda profissão da saúde, não é só a sua carreira, é a vida de outras pessoas.”



HENRY MARTINEZ HARDMAN,
19 anos, estudante de medicina do 1º semestre, morador da Asa Sul

“Concordo, mas há questões que precisam ser mais bem estudadas. É necessário, justamente porque há muitas faculdades sem infraestrutura, professores e laboratórios suficientes. Precisa ser estudada uma forma de fazer isso sem causar ainda mais exaustão.”



ANA CAROLINA ARAÚJO,
21 anos, estudante de medicina do 7º semestre, moradora da Asa Norte

“A proficiência no Enamed para tirar o CRM é importante, porque muitos médicos estão se formando sem a menor capacidade de fazer um atendimento adequado. Mas, como um todo, tanto o Enamed quanto as provas de residência estão virando uma corrida de cursinhos.”



LUCAS VAZ, 21 anos, estudante de medicina do 7º semestre, morador de Sobradinho

“Concordo. É um passo importante na direção da formação de médicos capacitados para atender a população, ante a abertura desenfreada de faculdades privadas. Mas o governo deu um passo que foi de encontro ao que o CFM propunha, o Profimed. O que tenho observado é que esses dois agentes acabam colidindo na decisão de quem pode e de quem não pode atuar como médico. No meio disso, a população sofre, porque fica desamparada.”



FELIPE QUEIROZ SANTOS,
18 anos, estudante de medicina do 1º semestre, morador da Asa Sul

“Diante dessa abertura desenfreada de universidades, não há garantia da qualidade da formação do aluno. Quem fez a faculdade numa instituição sem qualidade não é o culpado; quem vai ser prejudicado é ele. Por isso, tinha que ter regulação não só na formação final do aluno, mas na abertura dessas faculdades. Não adianta impor uma prova no fim do curso se você não garante a qualidade no começo.”

CFM reage

A principal voz contrária é a do Conselho Federal de Medicina (CFM). Em posicionamento oficial, o Conselho afirmou que a medida “não atende às necessidades de qualificação, treinamento e aprendizagem indispensáveis à formação médica” e ressaltou não ter sido ouvido na elaboração do texto. A instituição anunciou que vai apresentar emendas, isto é, propostas de alteração, durante a tramitação da MP no Congresso.

Para o presidente do Conselho, José Hiran da Silva Gallo, o Enamed foi proposto para avaliar a qualidade das faculdades e dos alunos, e não para medir a aptidão individual, função de só um exame específico. O CFM sustenta que o Profimed, com mais de 300 questões voltadas às habilidades clínicas, seria mais completo do que a prova do governo.

O Conselho também relaciona a queda na qualidade do ensino à multiplicação de cursos. Em sua maioria particular e algumas sem estrutura, no Brasil, são mais de 440 escolas de medicina. “Não tem como formar um médico se não tiver um hospital-escola”, afirmou Gallo, referindo-se aos hospitais universitários.

A queda de braço continua no Legislativo. O projeto que cria o Profimed (PL 2.294/2024) foi aprovado em fevereiro na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, em caráter definitivo — um rito em que a comissão decide sozinha, sem que o texto precise passar pelo plenário. Em março, porém, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou um recurso pedindo que todos os senadores votem a proposta, manobra que mantém o projeto em espera dessa decisão. Foi nesse cenário de impasse que o governo editou a medida provisória.

Divulgados em janeiro, os resultados da primeira edição do Enamed iniciaram as discussões sobre o assunto. Cerca de um terço dos cursos avaliados não alcançou desempenho satisfatório, a maior parte da rede privada ou mantida por prefeituras. Para o governo, o número justifica a exigência da nota mínima. Para o conselho, comprova que o problema está na porta de entrada — na abertura desenfreada de faculdades — e não apenas na cobrança feita ao estudante no final do curso.

As inscrições para a edição de 2026 do Enamed terminam amanhã, 29 de junho. A prova, que servirá apenas de avaliação, será aplicada em 13 de setembro, e o resultado está previsto para 4 de dezembro.

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**